

FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ: SEUS VÍNCULOS COM O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL¹

*AGENDA 21 PARANÁ STATE FORUM:
LINKS THEORY UNDER THE SOCIAL
MOBILIZATION PROCESS*

RESUMO

Este artigo utiliza a construção dos vínculos entre públicos envolvidos, proposta por Márcio Simeone Henriques *et al* (2001), para analisar a ocorrência de um processo de mobilização social, conforme entendimento teórico do sociólogo Bernardo Toro. O trabalho realiza esta proposta especificamente em relação às ações desenvolvidas pelo Fórum Permanente da Agenda 21 no Paraná. O objetivo é observar, por meio dos critérios dos vínculos, as ações de caráter mobilizador com relação a questões socioambientais empreendidas por esse coletivo, a partir do entendimento dos dois autores citados. Para tanto, o texto reflete sobre a compreensão do conceito central em questão, a mobilização social, e o papel da comunicação nesse processo. Após uma breve apresentação do Fórum Permanente da Agenda 21, verifica-se por meio de análise de conteúdo se há, no interior deste coletivo, vínculos que permitam atos de comunicação propícios à mobilização social em torno das diretrizes socioambientais propostas pela Agenda para orientar as políticas públicas.

Palavras-chave: Mobilização social. Comunicação. Políticas públicas. Fórum da Agenda 21 Paraná. Construção de vínculos.

¹ Este trabalho é resultado de parte da dissertação de mestrado: **Comunicação e mobilização social: o**

Danielle Scheffelmeier Mei

dani_mei@hotmail.com

Mestre em Comunicação pela
Universidade Federal do Paraná

Myrian Del Vecchio-Lima

myriandel@gmail.com

Professora do Mestrado em Comunicação e
do Doutorado em Meio Ambiente e
Desenvolvimento da UFPR

DOI: <http://dx.doi.org/10.21882/ruc.v4i7.655>

Recebido: 19/09/2016

Publicado: 07/12/2016

ABSTRACT

This article applies Márcio Simeone Henriques et al (2001) links theory under the sociologist Bernardo Toro's theoretical view on the social mobilization process, specifically regarding actions developed by the Fórum Permanente da Agenda 21 in Paraná. The goal is to observe via links criteria the mobilization actions regarding social-environmental issues enforced by this process through the above mentioned authors view. The paper discusses the main topic, the social mobilization and the communication role. Following a brief introduction of the Fórum Permanente da Agenda 21, the content analyses examines if there are links within this process that enable communication acts towards social mobilization on the socio-environmental guidelines proposed by the Agenda in order to guide public policies.

Keywords: Social mobilization. Communication. Public policies. Links Construction. Forum of Parana Agenda 21.

caso do Fórum Permanente da Agenda 21 no Paraná. Curitiba, PR, 2013: Dissertação de Mestrado. UFPR: PPGCom.

Introdução

O entendimento da mobilização social perpassa várias áreas das Ciências Sociais e é contemplada por reflexões teóricas de diversos autores. Neste artigo, o conceito está fundamentado na compreensão de que ele se refere, especialmente, a “um ato de comunicação”. Essa leitura é o ponto principal desenvolvido pelo cientista social colombiano Bernardo Toro. Com sua vinda ao Brasil, no final dos anos 1990, esse entendimento começou a aparecer e a ter relevância em ações práticas e reflexões teóricas em ambientes acadêmicos ou de planejamento público, “onde grupos de estudiosos e planejadores têm a preocupação de inserir a questão da participação da comunidade, pelas práticas da cidadania” (LIMA, 2002, p.44).

Diante da ampla premissa definida por Toro e Werneck (1997), é possível afirmar que é o processo de comunicação que estabelece ou não a efetivação da mobilização social como chamamento à participação, favorecendo a circulação de informações e seu compartilhamento entre os diversos atores sociais que aderem (ou podem vir a aderir) à determinada causa/projeto.

Já em um primeiro momento, é importante marcar bem o diferencial entre comunicação e informação, dois conceitos inerentes ao entendimento da mobilização social. Para tanto, adota-se nesse texto o preceito de Dominique Wolton (2011), de que “informar não é comunicar”, que é, inclusive, título de um dos seus livros. Para o autor francês, “A informação é a mensagem. A comunicação é a relação, que é muito mais complexa” (WOLTON, 2011, p.12). Nesse contexto, ele lança o desafio de “repensar a comunicação no momento do triunfo da informação e

das tecnologias que a acompanham” (WOLTON, 2011, p. 13) e lembra que “produzir informações e a elas ter acesso não significa mais comunicar” (WOLTON, 2011, p.16), pois a comunicação pressupõe convivência, o que nos remete claramente ao entendimento de Bernardo Toro de que convivência, compartilhamento e interação são elementos integrantes do processo de mobilização social.

Assim é preciso compreender o papel da comunicação no processo de mobilização social, para tornar possível a realização da análise prática de um caso que se pretende mobilizador: as ações que desencadearam a instalação da Agenda 21 Paraná — documento direcionador das políticas socioambientais e de sustentabilidade para o século que vivemos, que surgiu, em sua versão original e global, em 1992, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. No Paraná, no início dos anos 2000, tais ações iniciadas pelo governo estadual, que se pretendiam mobilizadoras da sociedade, visavam à constituição de um fórum permanente, no qual os mais diversos segmentos da população estadual estivessem representados, de forma a que as diretrizes preconizadas pela Agenda 21 pudessem frutificar em território paranaense.

Recorreu-se à análise de conteúdo para verificar se os chamados vínculos entre os públicos envolvidos, propostos por Henriques *et al* (2001), referenciam a efetivação de uma ação de mobilização social. O procedimento permite identificar atores e ações, de modo que, ao final, pode-se afirmar ou não se o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná constitui um processo ativo de mobilização social.

Do conceito geral ao caso em estudo

Ao comungar com Toro (2005) o entendimento do importante papel da comunicação no processo de mobilização da sociedade, Henriques (2004) explicita dois desses desempenhos da comunicação: o primeiro é o da difusão das informações, dando visibilidade ao assunto ao qual se deseja chamar à participação; o segundo, é o de promover a coletivização, pois não basta que as pessoas conheçam um determinado tema — é preciso, em um segundo momento, que elas tenham certeza de que não estão sozinhas nas lutas, reivindicações ou práticas propostas em torno desse tema.

Nesse sentido, a comunicação se mostra importante para a mobilização dos atores sociais, ao proporcionar a interação entre as pessoas, ao permitir a criação de símbolos comuns e a instigar a corresponsabilidade, fazendo com que todos se sintam realmente parte do processo e o levem adiante, criando, assim, uma rede de ação.

Essas concepções permitem afirmar que a mobilização social percebe a comunicação como um processo informacional para desenvolver suas estratégias, mas também e, sobretudo, um processo dialógico, ao promover, permanentemente, a interação social, o compartilhamento, a construção coletiva pelo diálogo. A mobilização toma forma quando um grupo ou uma instituição inicia a experiência de "compartilhar um imaginário e o esforço para alcançá-lo" (TORO; WERNECK, 1997, p.38). Os papéis e a participação de cada membro do grupo se dão no decorrer do processo. Para Toro e Werneck (1997), os atores envolvidos no processo de mobilização podem assumir três funções:

1) a do **produtor social** — é o grupo de pessoas ou a instituição que cria “condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que um processo de mobilização ocorra” (TORO; WERNECK, 1997, p.38). É importante que esses atores estejam preparados para esclarecer os propósitos do ato de mobilização e se sintam aptos a transmitir essa experiência. O produtor social pode ser uma secretaria de Estado, uma empresa privada, uma organização não governamental (ONG) ou um movimento social, que apoiem determinado objetivo. No caso da Agenda 21 Paraná, o Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), pode ser visto como produtor social. Enfim, o produtor social deve ter credibilidade, de forma a permitir as condições para que a mobilização ocorra, porém, respeitando a capacidade de as pessoas de decidirem sobre suas escolhas de modo coletivo. A missão desse ator é estimular a participação e as decisões tomadas por um grupo.

2) a do **reeditor social** — função desenvolvida por atores que têm a capacidade de readequar as mensagens a determinados grupos devido ao seu papel social, ocupação ou trabalho. Destacam-se por sua credibilidade e legitimidade junto a um determinado grupo social. Estão aqui inseridos educadores, gestores, formadores de opinião, líderes de grupos e comunidades. Os membros do Fórum da Agenda 21 seriam, em tese, reeditores sociais sobre esse tema.

3) a dos **editores** — função exercida por jornalistas, publicitários e outros comunicadores que editam as mensagens produzidas para provocar modificações nos campos de atuação dos reeditores, convertendo essas mensagens “em formas, objetos,

símbolos e signos adequados ao campo de atuação do reeditor para que ele possa usá-los, decodificá-los, recodificá-los segundo sua própria percepção” (TORO; WERNECK, 1997, p.43).

Com as mudanças no campo da produção-recepção em Comunicação, a partir da consolidação do processo de comunicação mediada por computadores e da alta inserção das chamadas mídias sociais no mundo contemporâneo, os subcampos profissionais da comunicação, como o jornalismo e a publicidade, sofrem transformações intensas, com qualquer cidadão podendo assumir esse papel de editor. Esse “novo” editor na mobilização social pode levar à emergência de novas possibilidades de edição de mensagens. Assim, além de profissionais de Comunicação ligados aos processos de divulgação da Agenda 21 Paraná, outros divulgadores voluntários e interessados no tema poderiam atuar na função de editores do processo de mobilização.

Os papéis desses três grupos de atores no processo de mobilização social estão contidos em um entendimento de comunicação que foge à visão instrumental dos meios, referindo-se à comunicação interativa entre os indivíduos e grupos, voltada para a formação das redes.² Essa compreensão é muito próxima àquela de Wolton (2004, p.30), ao tratar do que chama de comunicação normativa — aquela que “evoca o ideal de trocas, de compreensão e de partilhas mútuas”. Por seu turno, Henriques (2004) acentua este caráter transformador da comunicação, necessário no processo:

² Conforme Ilse Scherer-Warren (1996, p.118), as redes são formadas a partir da união, especialmente ideológica, de movimentos sociais e organizações não governamentais em torno de uma

A comunicação para a mobilização social, tendo este caráter dialógico, tenderá também a ser libertadora, já que o sujeito não tenta invadir ou manipular o outro, reduzindo-o a mero objeto ou recipiente, mas tenta, com o outro, problematizar um conhecimento sobre uma realidade concreta, para melhor compreender esta realidade, explicá-la e transformá-la. (HENRIQUES, 2004, p.27).

Para fazer um diagnóstico da comunicação no processo mobilizador, Henriques *et al* (2001) propõem a verificação da presença ou não de diferentes níveis de vínculos estabelecidos entre os seus membros, em especial para verificar a efetivação das propostas colocadas para alterar/transformar determinado cenário — educacional, socioambiental, de saúde, social, econômico etc. — e para avaliar a participação e envolvimento do público na construção do novo cenário. Relaciona ainda ações para a mobilização que estimulem o público e façam com que ele se sinta corresponsável pelas causas de determinado movimento/ação e se motive, pela identificação com os temas, empenhando-se em divulgá-los, provocando assim um efeito em rede.

O Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná

O conceito de mobilização e o processo de comunicação a ela inerente passam a ser examinados neste estudo, a partir de um fórum na área, coletivo social que busca ações e práticas ligadas às diretrizes propostas global e nacionalmente pelo documento Agenda 21, adaptadas aos problemas e realidades socio-

causa. As redes tornam o projeto mais abrangente e permitem a “união de atores aparentemente plurais”.

ambientais do estado do Paraná. Uma das orientações da Agenda Nacional é o estímulo à criação de agendas locais e regionais nos estados e municípios.

A Agenda 21 Paraná se inseriu na programação da Agenda Brasileira em 2001. No estado, decidiu-se pela implantação de um Fórum Permanente, o que levou à execução de etapas preliminares, necessárias para a inclusão e participação de segmentos representativos da sociedade.

Um fórum é compreendido como espaço de discussão de ideias e reunião de diversos movimentos e coletivos sociais a fim de encontrar soluções, encaminhamentos e acompanhamento para uma determinada demanda de interesse público. Ao fazer uma reflexão sobre o Fórum Social Mundial, Whitaker o classifica como um “espaço aberto”, que não é deliberativo, pois começa e termina “aberto”: “(...) sem dono, sem sectarismos nem corpos dirigentes, assegura a todos seus participantes, que não serão controlados nem patrulhados, que sua autonomia será garantida e que não cabem receios de instrumentalização.” (WHITAKER, 2005, p.43).

A estratégia adotada pela Comissão Governamental paranaense, designada para implantar um fórum sobre a Agenda 21, foi a realização de seminários macrorregionais, que aconteceram em 2002 nas cidades polo-regionais de Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina e Curitiba, e reuniram organizadores da Agenda 21 nacional, especialistas na área ambiental, representantes de diversos movimentos sociais, coletivos de ações e instituições públicas e privadas. Desses encontros resultou o documento "Seminários macrorregionais da Agenda 21 Paraná: os

desafios para uma cidadania planetária”. (PARANÁ, 2002) e a criação do Fórum Permanente (Decreto Estadual n.º 2.547/2004).

Logo após a criação do Fórum, a Comissão Governamental tentou manter uma campanha permanente para a mobilização da sociedade civil, buscando o envolvimento de representantes de movimentos sociais, entidades de classe e organizações não governamentais, de forma a contribuir para o desenvolvimento da Agenda 21 estadual. A ação acompanha as premissas da Agenda 21 Global, que estabelece que a criação de um coletivo, como um fórum, é recomendável pelo Executivo ou Legislativo local a fim de elaborar e preparar um plano de desenvolvimento sustentável. A estrutura deve ser composta por membros do governo e da sociedade em geral e entidades ligadas ao meio ambiente, a fim de enriquecer as discussões e buscar o dinamismo das ações com repercussão social e, de preferência, com a participação efetiva dos públicos envolvidos.

As campanhas para implantação da Agenda 21 e para o chamamento da sociedade para integrar o Fórum foram intensas no Paraná, em especial no período de 2002 até o estabelecimento do fórum permanente, em 2004. Porém, pesquisa exploratória realizada em 2012 (MEI; LIMA, 2012) permitiu observar que, com o passar dos anos, o tema já não parecia surtir os efeitos desejados pelo proponente governamental (editor social, no entendimento de Toro), já que a mobilização sobre a Agenda 21 e em torno de seu Fórum, bem como de seus desdobramentos em termos de políticas públicas, não se apresenta tão intensa atualmente quanto na época das reuniões e seminários iniciais para disseminar os propósitos da Agenda 21.

O estabelecimento de vínculos no caso do fórum paranaense

Esse estudo buscou verificar a existência do processo de mobilização e (ou) sua intensidade relativa a diversos aspectos considerados necessários para sua efetivação em torno do ator coletivo em estudo, o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, com relação ao conjunto de suas atividades, em especial nos anos de 2011 e 2012 (embora atividades de outros períodos tenham aparecido, eventualmente, de forma a elucidar melhor o contexto). Ao se referir ao pensamento de Henriques (2004), Lima (2002, p. 53) aponta o problema funda-

mental para a construção e o desenvolvimento de projetos e ações:

Sempre foi o de encontrar uma metodologia de trabalho suficientemente organizada, que pusesse em movimento os diversos públicos aos quais determinados projetos se referem, envolvendo-os de tal forma que garantam o sucesso das causas para as quais se mobilizam.

Os vínculos propostos por Henriques *et al.* (2001) são assim discriminados: 1) localização espacial; 2) informação; 3) julgamento; 4) ação; 5) continuidade; 6) coesão; 7) corresponsabilidade e 8) participação institucional (ver quadro 1).

- 1) Localização espacial: onde, no espaço real (geográfico) ou virtual estão localizados os públicos dentro do universo de atuação e de influência do projeto. Corresponde ao espaço das relações intersubjetivas;
- 2) Informação: disponibilidade, quantidade e detalhamento das informações que as pessoas têm sobre um projeto de mobilização social, como também tipos de informações: mediadas pelos meios de comunicação; oficiais ou não-oficiais; boatos; transmitidas por recursos publicitários ou de marketing, como marca, vinheta ou slogan; sustentadas por dados e pesquisas; entre outras;
- 3) Julgamento: constituição do posicionamento dos públicos com relação ao projeto, pelo estabelecimento de juízos de valor, a partir da quantidade e nível de detalhamento das informações disponíveis, que proporcionem a produção de sentido coletiva e façam esses públicos apoiarem e legitimarem tal projeto;
- 4) Ação: geração eventual ou permanente de ideias, produtos, serviços, estudos e contribuições diversas dos públicos para o projeto de mobilização social, que contribua, direta ou indiretamente, para os seus objetivos;
- 5) Coesão: formação de elos de ligação entre os públicos do projeto, de modo a criar ações interdependentes que contribuam para as mesmas finalidades e objetivos gerais e específicos do projeto;
- 6) Continuidade: processo contínuo de participação das ações dos públicos envolvidos, de forma que configure permanência e projeção dessas ações em um espaço temporal amplo;
- 7) Co-responsabilidade: participação do público entendida por ele próprio como essencial para o sucesso do projeto;
- 8) Participação institucional: institucionalização do projeto por meio de convênios, acordos e documentos formais de qualquer tipo.

Quadro 1

Fonte: HENRIQUES, M.S *et al.* (2001), *apud* LIMA (2002, p. 54.)

A partir desses critérios, foi possível analisar o relacionamento entre os membros do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná (público interno) em relação aos propósitos da Agenda 21, bem como entre esse Fórum e uma comunidade mais ampla, que, em tese, poderia ser formada desde as instituições governamentais ou civis, representadas pelos componentes do Fórum, até a sociedade paranaense como um todo (público/comunidade externa). Os resultados foram obtidos por meio da análise de conteúdo de entrevistas com a representante da Coordenação das Ações da Agenda 21 no Paraná, em 2012; entrevistas abertas com membros do Fórum selecionados por sorteio; e análise das atas das reuniões do Fórum, de junho de 2004 a outubro de 2012, utilizando a técnica de Análise de Conteúdo realizada aos moldes de Bardin (1977). Os procedimentos específicos desta análise, por categorias, não são evidenciados neste texto, mas apenas os resultados obtidos, que foram organizados de forma correspondente a cada um dos vínculos propostos por Henriques *et al* (2001).

Exame dos vínculos

A **localização espacial** do público que se pretende mobilizar é o primeiro ponto estabelecido por Henriques *et al* (2001) para a análise. O Fórum da Agenda 21 PR tem sede na Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), em Curitiba, com suas reuniões plenárias ocorrendo neste espaço. Mas conta com representantes de diversas organizações civis e governamentais fora do município de Curitiba, como é o caso da Universidade Estadual de Londrina e de prefeituras de alguns municípios paranaenses. É evidente que seria inviável a representação de todos os municípios paranaenses nas reuniões em

Curitiba. Logo, alguns eventos do coletivo são realizados em outras cidades. Em tese, o público a ser mobilizado seria toda a população do Paraná.

Tremblay (2007) destaca que a mobilização social é um processo a longo prazo que promove o desenvolvimento de uma comunidade quando permite que todos participem do processo e nele contribuam. A mobilização em pequenas comunidades pode ser mais fácil em relação a mobilizações maiores. Para alcançar a comunidade paranaense de maneira ampla seria preciso a multiplicação dos objetivos do Fórum por meio de comitês municipais ou organizações sociocomunitárias, grupos locais de empresários, associações de bairro, escolas ou o permanente incentivo à elaboração e criação de Agendas 21 locais, sendo esta uma tarefa que teria de ser priorizada, mas que não tem ênfase no interior do Fórum. Ou, então, o uso massivo das mídias, estratégia difícil de ser realizada no momento pelo próprio desinteresse de diversas instâncias envolvidas no processo.

O segundo vínculo se refere à **informação** disponível para o público a ser mobilizado. Historicamente, o período entre 2002 e 2004 foi marcado por uma circulação de informações mais eficiente no sentido de mobilização da sociedade paranaense em torno da importância da Agenda 21, até mesmo porque o processo objetivava a instalação de um fórum. Após esse período, a informação relativa ao Fórum é aquela produzida durante as reuniões do próprio coletivo. A informação ali produzida é organizada, quase exclusivamente, no formato de atas, como memória do Fórum,

publicadas no site da Sema³. Essas informações adquirem, assim, uma característica quase governamental, mesmo que em sua origem sejam produzidas por um coletivo social.

É possível afirmar que esse Fórum apresenta aspectos em que a comunicação pública⁴ ganha destaque: quando há a publicação das atas, visando à transparência, ou funcionando como convite para a integração de novos membros. Além disso, os eventos realizados pelo Fórum visam à promoção do bem público, ou seja, o debate de temáticas ligadas à Agenda 21 em um âmbito ampliado, além dos limites do Fórum. Entretanto, por suas características governamentais, essas informações acabam ficando restritas e sem alcançar um público geral.

Uma terceira forma de divulgar informações sobre as ações do Fórum ocorre por meio da ação pessoal de seus membros, como multiplicadores das diretrizes da Agenda 21, em suas instituições e(ou) organizações. Internamente, a troca de informação entre os membros do Fórum se realiza de maneira informal durante as reuniões e nos processos de trabalhos em grupos sobre assuntos variados. Entretanto, as informações que podem contribuir para mobilizar um público mais amplo são muito escassas, não chegando a ser divulgadas pelos meios de comunicação de massa, nem sendo utilizadas em blogs, grupos de discussão ou sites noticiosos.

O vínculo **juízo** pressupõe o posicionamento dos diversos públicos em relação à Agenda 21 e seu Fórum, por meio de

juízos de valor formados pela quantidade e qualidade das informações disponíveis, de forma a apoiar ou legitimar o processo. A partir do observado no vínculo **informação**, é natural que o vínculo **juízo** seja mais intenso, e no caso quase exclusivo, no público interno do próprio Fórum e nas suas instituições representadas, uma vez que a informação aí circula de maneira mais densa e formadora de sentido, de modo a propiciar posicionamentos.

Iniciativas que apoiam e disseminam a temática da Agenda 21 Paraná, como a Agenda 21 Empresarial, revelam um julgamento de valoração positiva com relação ao processo, e legitimam as diretrizes da Agenda 21 no âmbito de organizações profissionais. A elaboração desses materiais nem sempre é fruto de iniciativas do Fórum, mas de seus membros e das instituições representadas, que reinterpretam os conteúdos para suas realidades profissionais, demonstrando que estes atores compreendem o modelo da Agenda 21. Pode-se constatar que o vínculo **juízo** não se apresenta forte e permanente, em especial, por que os conteúdos discutidos acabam saindo, ocasionalmente, do âmbito do Fórum para as organizações e entidades representadas. As entidades nem sempre se posicionam em relação ao projeto, ao objetivo comum. Em relação ao público em geral, esse vínculo praticamente não existe, uma vez que as informações não chegam até ele massivamente, o que impede a formação de opinião ou juízo de valor da sociedade estadual sobre a Agenda 21.

mandas e as expectativas e promover o debate público, contribuir para assegurar a relação social, fazendo com que o sujeito se sinta cidadão, e acompanhar as mudanças que isso promove. (ZÉMOR, 1995 *apud* MATOS, 2009).

³ <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modulos/conteudo/conteudo.php?conteudo=25>

⁴ Pierre Zémor cita as funções da comunicação pública, que incluem o ato de informar, ouvir as de-

No caso de **ações** efetivas do Fórum, pode-se mencionar a realização de seminários, em 2012, que resultaram em documentos como "Paraná, o Futuro que Queremos", levado para a conferência mundial Rio + 20. Pode-se identificar também, como ação, o envio de uma "Carta Compromisso" aos candidatos às eleições municipais, em 2012, instando a que eles mostrassem interesse e assumissem que estariam atentos às premissas da Agenda 21 ao longo de seus mandatos.

As próprias reuniões do Fórum podem ser consideradas **ações**, pois são nessas ocasiões que se tomam decisões e os membros se expressam, opinam, eventualmente tomam atitudes e pensam em estratégias para ações mais efetivas de visibilização dos conteúdos da Agenda 21 e nas formas de participação social nas decisões e sugestões de encaminhamentos. Ao longo dos anos, em momentos sazonais, o Fórum se torna mais ativo e realiza campanhas mais efetivas buscando, inclusive, a ampliação do campo de sua atuação e levando seus conteúdos para cidades do interior. Mas são momentos intermitentes e parecem não seguir uma agenda ou um planejamento, estratégia preconizada por Henriques (2004) como essencial no processo de mobilização, para cumprir objetivos estabelecidos em curto, médio e longo prazo.

Com relação ao item **coesão**, que busca ligação e interação entre os públicos envolvidos no projeto, pode-se afirmar que as entrevistas realizadas detectaram que os representantes do Fórum apresentam opiniões distintas sobre temas relacionados à Agenda 21, o que não favorece a realização de ações integradoras; e que, em poucas ocasiões são realizadas atividades preconizadas pela Agenda 21. A coordenadora do Fórum em 2012 salientou que, para o melhor funcionamento

do coletivo, "seria ideal que cada um compreendesse que tem um compromisso com a Agenda 21 no Paraná e que se envolvesse mais para que esse compromisso fosse cumprido" (MEI; LIMA, 2012, p.199).

Verifica-se, ainda, a falta de participação efetiva nas reuniões, espaço propício às manifestações dos membros do Fórum; as frequentes ausências dos representantes evidenciam que o grupo não está tão coeso quanto deveria. Percebe-se que ocorre uma "fragmentação", ou seja, as ações são isoladas; algumas instituições, como já ressaltado, lançaram documentos específicos, porém, não se observa que trabalhem para uma construção coletiva da Agenda 21 Paraná. "O Fórum se mobiliza em alguns momentos e se desmobiliza em outros", declarou a sua coordenadora em 2012, em entrevista (MEI, 2013, p. 200), complementando que "o trabalho constante de animação é necessário" (*Idem*). Isso leva à questão: a "animação" não deveria ser do coletivo em sua totalidade e não apenas da coordenação, uma vez que o Fórum foi criado para ser o agente coletivo mobilizador da Agenda 21 junto à sociedade paranaense?

No quesito **continuidade**, é preciso lembrar que as primeiras reuniões para instituir a Agenda 21 no Paraná iniciaram-se a partir de um processo de mobilização (assim chamado explicitamente pela então coordenadora da comissão governamental), em 2002, culminando com a criação do Fórum, em 2004. Após a instalação do coletivo, entra-se em um período de aparente consolidação. Desde 2004, o Fórum se reúne mensalmente, ou a cada dois meses a partir de 2009, na sede da Sema. Porém, muitas das discussões que se instauram ao longo desse conjunto de reuniões não têm continuidade.

À reunião pode-se ir apenas para cumprir uma formalidade, uma rotina definida por meio de uma portaria de um órgão público ou por determinação da direção de uma ONG, por exemplo.

Durante os eventos, muitas vezes, os representantes participam, interagem e se integram. Porém, ao seu final, se dispersam e não retomam o nível das discussões, nem sequer as definem como estratégias ou encaminhamentos para ações. Portanto, a intensidade da mobilização em torno do objetivo comum, que seria a promoção da Agenda 21 no Paraná, não é sempre a mesma e, em algumas situações, o Fórum parece estar desmobilizado, inferência que também emerge do conteúdo das entrevistas.

Ao se examinar o vínculo **corresponsabilidade**, verificou-se que, embora alguns dos entrevistados demonstrem estarem comprometidos com a causa ambiental, falta, no conjunto do Fórum, o envolvimento das entidades de forma mais frequente em suas reuniões. Além de indicar a descontinuidade do processo, a incidência de ausências seria um indicativo da falta de envolvimento efetivo com o objetivo comum, de forma a permitir a ampliação de ações do fórum.

O desinteresse não significa que os membros do Fórum não estejam envolvidos com temáticas ambientais: os entrevistados, de modo geral, se mostram vinculados às causas ambientais e cada um, em sua atuação profissional, busca saber sobre a Agenda 21 e suas temáticas. Pode-se dizer que eles são corresponsáveis com a Agenda 21 de forma mais ampla e genérica, mas não necessariamente estão vinculados afetivamente com os princípios deste Fórum e, para Toro e Werneck (1997), é preciso se

"apaixonar" por um determinado tema para se mobilizar. De certa forma, parece que os atores envolvidos simpatizam com o tema, acham a questão ambiental e a Agenda 21 importantes, mas entendem que sua atuação pode ser pontual, esporádica, cobrando menos a corresponsabilidade da sociedade civil e mais o envolvimento do governo. Tal constatação conflita, de certa forma, com o próprio conceito de fórum.

O vínculo **participação institucional** talvez seja o que se apresente mais forte com relação ao processo de mobilização da Agenda 21 PR, uma vez que, em sua origem, ela nasce de uma iniciativa governamental, e não a partir da iniciativa de um movimento social organizado. Apesar desse forte vínculo institucional de origem, o governo estadual não tem valorizado e priorizado a Agenda 21, como conjunto de diretrizes socioambientais, em seu discurso mais genérico, visível e midiático para a sociedade; entretanto, ações com caráter "Agenda 21", como o apoio e incentivo à agroecologia puderam ser verificados como ações do Governo, em especial na gestão estadual 2003-2010.

Para obter verbas públicas para atividades e ações propostas pelo Fórum, tais atividades devem estar incluídas no âmbito de ações dos órgãos governamentais; ou serem encaminhadas para compor legislações específicas ou no conjunto das chamadas políticas públicas. Uma parceria envolvendo recursos financeiros para o Fórum ocorre apenas de forma indireta e restrita, pelo pagamento de salários à coordenação, uso de equipamentos públicos e materiais diversos, pagamento de diárias, viagens e apoio à organização de eventos. Enfim, não há disponibilidade de verba para todas as

atividades que se deseja executar, como demonstram depoimentos dos entrevistados. Nas instâncias de planejamento e de governança estadual, o Governo não enfatiza a questão, que se mantém sem visibilidade.

A participação institucional, todavia, não se dá apenas pelos apoios governamentais, mas também pela capacidade de se tecer apoios e parcerias. Por sua própria constituição, o Fórum representa um espaço com grande potencial para efetivar acordos e parcerias institucionais, caracterizando-se como espaço efetivo de participação social, o que ocorre apenas pontualmente. Ou seja, é um ator coletivo de pouca visibilidade, com potencial de expressão e ação, mas marcado ainda por muitas fragilidades.

Considerações finais

Como síntese, pode-se afirmar que os vínculos sugeridos por Henriques *et al* (2001), que apontam a relação de diversos aspectos do processo de mobilização e comunicação social com seus públicos, no caso do Fórum Agenda 21 Paraná apresentam-se ainda pouco intensos em sua maioria ou manifestam-se de forma intensa apenas em momentos pontuais, como durante a realização de eventos em diversas cidades paranaenses (vínculo **ação**); na continuidade das reuniões ao longo de mais de oito anos de atividade (vínculo **continuidade**); na obtenção do apoio de algumas instituições/segmentos para a disseminação dos conteúdos da Agenda 21 (vínculo **juízo**).

Entretanto, há vínculos pouco estabelecidos, como o da **coesão**, uma vez que nem todos os representantes do Fórum participam regularmente das reuniões ou das discussões, e não se voltam para o objetivo

comum, que seria a construção de uma Agenda 21 no Paraná. As **ações**, em âmbito do Fórum, também precisam ser mais efetivas para que a mobilização social aconteça de fato. E devem, sobretudo, pautar-se pelo planejamento, pois a realização de seminários e produção de documentos são ações pontuais, que não apresentam continuidade/visibilidade para o público externo ou pelo menos, para um número mais significativo de multiplicadores.

Enfim, o procedimento de verificação da presença dos vínculos entre os públicos inerentes ao processo examinado, proposta por Henriques *et al* (2001), permitiu verificar atores e ações, de modo que pode-se afirmar, ao final, que o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná não constitui uma ação de mobilização social com participação efetiva de seus representantes.

Pelo que se detectou, o próprio Fórum reconhece que é indispensável a melhoria no uso de canais de comunicação para haver maior participação de segmentos da sociedade e governo, de acordo com avaliação interna publicada em ata. Também se conclui que para que o processo de mobilização seja efetivo, é necessário que os representantes do Fórum estejam integrados e dispostos a levar os conteúdos debatidos durante as reuniões além do Fórum, executando realmente o papel de reeditores. Ou seja, requer-se um projeto de comunicação na estruturação do Fórum que fundamente, inclusive, a importância do comportamento comunicativo dos seus participantes, ou seja, uma comunicação planejada, especialmente voltada para os reeditores (membros do fórum)

O que falta, a partir de todas estas ob-

servações, é, inclusive, a visibilização deste Fórum e de suas realizações, conforme afirmaram alguns entrevistados. Isso acarretaria maior responsabilidade e compromisso com as questões da Agenda 21 por parte não só dos componentes do Fórum, mas do próprio governo e da sociedade em geral. Também não se verificou a existência de contatos frequentes deste Fórum com similares de outras regiões do Brasil.

Para além do que essa teoria dos vínculos contribui para uma análise do grau de desenvolvimento de um processo de mobilização social, é preciso assinalar que ela não pode ser aplicada de maneira isolada como forma de avaliação de um processo mobilizador, sem levar em conta as questões de interpretação subjetivas dos atores sociais envolvidos, bem como de toda a trajetória desse Fórum, que foi se construindo em uma conjuntura política e social nem sempre favorável às práticas de governança coletiva recomendadas por especialistas ou pelas reflexões realizadas por estudiosos da área.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *et al.* Planejamento da comunicação para a mobilização social em busca da corresponsabilidade. 2001. In: <http://www.sinproprp.org.br/clipping/2003/oss%20desafios.pdf>. Acessado: em abril de 2012.

LIMA, Myrian Del Vecchio de. **Comunicação, ambiente urbano e desenvolvimento**: elementos para a compreensão do papel da informação na gestão do lixo em Curitiba, PR, 2002. 442p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná.

MEI, Danielle S. **Comunicação e mobilização social: o caso do Fórum Permanente da Agenda 21 no Paraná**. Curitiba, PR, 2013: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná.

_____.; LIMA, Myrian Del Vecchio de. “A Agenda 21 no Estado do Paraná e o modo como o jornalismo trabalha essa temática socioambiental. Ponta Grossa”, jun.2012: **Anais do XV Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação**.

PARANÁ. Comissão Governamental. **Agenda 21 Paraná. Seminários macrorregionais da Agenda 21 Paraná: os desafios para uma cidadania planetária.** SEMA, 2002. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/agenda_21_macro.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** 2.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

TORO, José Bernardo. WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABREAS, UNICEF, 1997.

_____. **A construção do público: cidadania, democracia e participação.** Seleção de textos e organização de Cristina Duarte Werneck e Nísia Duarte Werneck. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2005.

TREMBLAY, L-A. La construction d'un partenariat avec la communauté. In: GAGNON, C. (Ed.); ARTH, E. (en collab. avec). **Les rôles de la communication et de l'information, l'exemple de Baie-Saint-Paul (Québec, Canada).** Guide québécois pour des Agendas 21 e siècle locaux: applications territoriales de développement durable viable [En ligne] (2007). Disponível em: <http://www.a21l.qc.ca/9570_fr.html>. Acesso em: 10 fev. 2012.

WHITAKER, Chico. **O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver.** São

Paulo: Fundação Perseu Abramo; Ed. Loyola, 2005.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2004.

_____. **Informar não é comunicar.** Porto Alegre, RS, Sulina, 2011.